

# TRAJETÓRIAS DE LUTA DE INTELLECTUAIS NEGRAS MILITANTES DE MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ANGOLA

**Antonia Lana de Alencastre Ceva**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

*Resumo: Este artigo tem como objetivo comparar como mulheres brasileiras e angolanas utilizam diferentes estratégias sociais, políticas, pessoais e culturais para criar uma visibilidade feminina nas sociedades onde vivem. Nosso ponto de partida é o conceito de identidade uma vez que as razões subjacentes ao processo de mobilização dessas mulheres foi o reconhecimento de uma identidade negra.*

*Palavras-chave: mulheres – raça – identidade*

São as mulheres as que falam sobre as matérias “menos relevantes” do cotidiano, mas são elas também que falam pela família e pela comunidade. É a voz feminina que carrega a tradição, preserva a memória, que conserva costumes, que define valores, que pauta a ética dos seres comuns, que delimita o Eu e que conta, e reconta, um conjunto de histórias que à História urge conhecer (FONSECA: 2003, p. 8).

Acredito que quando Denise Fonseca se apropriou das mulheres e dessa “voz feminina” pretendia denotar e visibilizar um sujeito histórico, construtor de sua história antes silenciado pelos cânones históricos tradicionais que destinavam a mulher à vida privada. E esta mesma mulher foi quem exigiu, como veremos adiante, um espaço na vida pública, no mercado de trabalho, e é hoje esta mulher que fala pelo coletivo e para o coletivo.

Dando continuidade a esta discussão, este artigo visa discutir, preliminarmente, a trajetória de luta de mulheres negras “intelectuais militantes” de Movimentos de Resistência social, no século XX, sobretudo a partir de 1945. Para tanto, proponho um estudo comparativo entre Brasil e Angola. Tendo em vista trajetórias tão peculiares de “mulheres negras brasileiras intelectuais militantes”

e “mulheres negras angolanas intelectuais militantes” marcadas por processos históricos, lutas e “pertencimentos culturais” distintos, proponho como questão para nortear esta discussão inicial: Que estratégias (pessoais, sociais, políticas e culturais) de luta essas mulheres criaram para sua visibilização na sociedade em que vivem?

Não temos como discutir tais estratégias de luta, sem perpassarmos pelo conceito de identidade, na medida em que o cerne de questões que motivaram os movimentos de mulheres negras a se mobilizarem na exigência de direitos, enquanto sujeitos históricos, foi o reconhecimento de uma identidade negra. Cabe aqui ressaltar que venho trabalhando com este conceito de “identidade” à luz dos teóricos: Stuart Hall (Fundador do importante “Centre for Contemporary Cultural Studies”, da Universidade de Birmingham, Inglaterra) e Manuel Castells.

Manuel Castells (1999) em seu livro *O Poder da Identidade* distingue três formas possíveis de construção de identidade: identidade legitimadora, identidade de resistência, identidade de projeto. A identidade legitimadora de acordo com Castells (1999):

[...] dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural (p.24).

Estas instituições, tais como igreja, sindicatos, partidos, se arregimentam em torno do Estado. Esse tipo de associação identitária não é a que utilizo em minha pesquisa, tendo em vista que o reconhecimento de uma “identidade negra”, já ressaltada nos anos 1940/1950 no Teatro Experimental do Negro, corresponde a uma “identidade de resistência” coletiva, na qual os sujeitos nela envolvidos compartilham do sentimento de opressão e, com isso, criam fronteiras de resistência, pois não se vêm representados numa “identidade nacional” (legitimadora). Castells mostra que tal identidade “leva à formação de comunas, ou comunidades (p.25)”.

O terceiro tipo de identidade é a “identidade de projeto”, na qual “a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade [...] (p. 26)”. O autor cita o Movimento Feminista como um exemplo de “identidade de projeto” pois, de fato, para alguns teóricos, foi um movimento que criou uma “nova consciência da feminilidade” – termo utilizado por Eric Hobsbawm e analisado mais adiante – cujas consequências foram evidenciadas na esfera pública e privada.

---

252 Niterói, v. 10, n. 1, p. 251-262, 2. sem. 2009

Na perspectiva de Hall, outro teórico com quem dialogo, “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está-se fragmentando; composto não de uma única, mas de várias identidades [...] (p. 12)”. O autor analisa esse conceito de “identidade” na perspectiva do que intitula como uma “celebração móvel”; ou seja, a identidade é construída social e historicamente nas práticas cotidianas, nos espaços pelos quais os sujeitos perpassam, compartilhando ou não dos patrimônios culturais diversificados, nos diálogos com pessoas distintas, na esfera pública e privada. Enfim, como atores sociais, sujeitos históricos, nos confrontamos com uma multiplicidade de atores e práticas sociais e culturais que vão constituindo nossa identidade.

À luz desses teóricos é que trabalho com o conceito de “identidade negra” nos Movimentos de resistência social, melhor dizendo, Movimento de Mulheres Negras. A busca por um reconhecimento público, como sujeito histórico, e a conquista de direitos não contemplados são ingredientes dessa luta que as mulheres negras vêm travando para territorializar seu espaço e visibilizar uma “mulher” submetida à condição de objeto nos idos tempos de colonização, que contribuíram para construção de muitos estereótipos em torno do corpo da mulher negra.

### **Um breve histórico da luta da mulher negra no Brasil a partir de 1945**

O ano de 1945, no Brasil, representou um momento de efervescência social e cultural, pois com o fim da Ditadura de Getúlio Vargas emergiu na sociedade a necessidade de construir uma identidade nacional que de fato representasse o povo brasileiro. De acordo com Guimarães (2002):

A redemocratização em 1945 será marcada, [...], por um forte projeto nacionalista, tanto em termos econômicos quanto culturais. Isso representou, por um lado, a recusa do liberalismo econômico e do imperialismo cultural europeu e americano e, por outro lado, a edificação de um capitalismo regulado pelo Estado e uma cultura nacional autóctone de bases populares. (p. 88)

Esta cultura nacional autóctone com bases populares, referida pelo autor, representou para o *mainstream* da intelectualidade brasileira construir uma nacionalidade baseada nos elementos endógenos do país, marcados pela pluralidade cultural. Com isso, os elementos africanos (negros), indígenas (índios) e europeus (brancos) fundaram uma identidade nacional brasileira, pautada na mestiçagem. O “mestiço” tornou-se um símbolo da brasilidade e a miscigenação, este povo miscigenado, fez com que se cunhasse o conceito

de “democracia racial”, combatido nos anos 1950 pelo sociólogo Florestan Fernandes mas, ainda hoje, muito presente no imaginário da sociedade brasileira.

Na análise de Guimarães (2002): “O Brasil passa a se pensar a si mesmo como uma civilização híbrida, miscigenada, não apenas europeia, mas produto do cruzamento entre brancos, negros e índios” (p. 117). Dessa forma, as tradições brasileiras estavam se edificando em torno desses três elementos e contribuindo para a edificação de um projeto de Nação, com características próprias.

A obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, tornou-se um símbolo desse ideário ao mostrar que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo (KABENGELE MUNANGA, 2004).

Nessa conjuntura de euforia democrática, nos anos 1940, e na perspectiva de se pensar e construir um projeto de Nação, nasce o Teatro Experimental do Negro, em 1944, conhecido como TEN, uma instituição do Movimento Negro, fundado por Abdias do Nascimento, uma liderança negra que teve um papel fundamental ao se pensar numa estratégia que pudesse visibilizar o/a negro/a na sociedade brasileira, combatendo o racismo vigente e exigindo o reconhecimento de uma “identidade negra” e não mestiça, símbolo da brasilidade da época.

Para tanto, o Teatro ministrou aulas de alfabetização e iniciação cultural, proferidas por Ironides Rodrigues e Aguinaldo Camargo, cujo material pedagógico utilizado eram as peças teatrais. A educação tornou-se uma estratégia eficaz de combate ao racismo e uma bandeira de luta do Teatro Experimental do Negro, como nos definiu Abdias do Nascimento em entrevista concedida:<sup>1</sup>

Sem atingir o sistema educativo, que é por onde começa o racismo, nosso objetivo não seria alcançado. O sistema educativo é o maior engendrador do racismo e um beneficiário do racismo, porque os educadores são brancos imbuídos de uma ideologia racista. A primeira coisa que o TEN tentava impingir era a consciência da educação. O racismo precisa ser combatido através da educação, na educação é que se propaga o racismo.

O Teatro Experimental do Negro não atuava somente no campo da dramaturgia como veículo educativo, mas também no campo estético, como definidor de uma identidade negra. Em resposta ao imperialismo da beleza ariana nos

<sup>1</sup> Entrevista realizada pela autora do artigo, em janeiro de 2006, no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO/RJ). Esta entrevista encontra-se na íntegra na Dissertação: CEVA, Antonia Lana de Alencastre. *O negro em cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro (1944-1968)*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Concursos da Miss Brasil e Miss Universo, o TEN promoveu dois concursos, cujos propósitos eram enaltecer a beleza da mulher negra e sua intelectualidade: a "Rainha das Mulatas" e a "Boneca de Pixé". Estes concursos visavam desconstruir os estereótipos construídos social e historicamente, que reificaram a mulher negra a uma condição de inferioridade, de objeto sexual e desejo. A obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, contribuiu para a manutenção desses estereótipos ao abordar a suposta harmonização nas relações pessoais e afetivas entre senhores e escravas. Sabemos que tais relações eram, sobretudo relações de poder, relações de mando e subserviência, medo do açoite, da violência aos quais eram submetidas nas senzalas.

A mulher negra exercia um papel importante e relevante no Teatro Experimental do Negro, pois elas se manifestavam pelo coletivo e para o coletivo, na medida em que exigiam Direitos para a classe das trabalhadoras domésticas. Tais Direitos não estavam representados na Constituição de 1934, que foi a responsável pela regulamentação da jornada de oito horas de trabalho e pela criação do salário mínimo, adotado em 1940. Infelizmente, o sistema excluía categorias importantes de trabalhadores, tais como os autônomos e as domésticas (CARVALHO, 2004).

Para tanto, algumas lideranças femininas que integravam a ala feminina do TEN, como Ruth de Souza, Maria Nascimento, Arinda Serafim, Marina Gonçalves, entre outras, tornaram públicas essas questões que excluía as trabalhadoras negras domésticas dos benefícios concedidos pela Constituição de 1934. Algumas delas criaram a Associação das Empregadas Domésticas, em 1946, e por meio de Maria Nascimento, porta voz dessas mulheres, suas reivindicações tornaram-se públicas por intermédio de um documento publicado no *Diário Trabalhista*, em 1946. Cabe ressaltar que Maria Nascimento era autora de uma coluna fixa 'Fala a Mulher' do Jornal *Quilombo*, publicado mensalmente pelo Teatro Experimental do Negro, de 1948 a 1950,<sup>2</sup> na qual abordava, frequentemente, a necessidade de regulamentação do trabalho doméstico.

Como o Teatro Experimental do Negro não possuía uma sede própria, seu campo de atuação foi-se tornando cada vez mais restrito e o fato de exigir publicamente o reconhecimento de uma identidade negra, num contexto em que o mulato era símbolo da brasilidade e a disseminação do conceito de "democracia racial" penetrava no imaginário da sociedade brasileira, abalaram a estrutura da instituição, extinta em 1968 (ano em que Abdias se exilou nos Estados Unidos em função do AI5).

<sup>2</sup> Todo esse material foi compilado e publicado em 2003 pela Editora 34. Chama-se: NASCIMENTO, Abdias. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Edição fac similar do jornal dirigido por Abdias do nascimento. São Paulo: Editora 34, 2003.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980 ressurgem vários movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros, tendo o Movimento Feminista uma importância histórica, social e cultural, pois motivou o surgimento de novos movimentos sociais com reivindicações próprias como o Movimento de Mulheres Negras.

Para o escritor Eric Hobsbawm, autor de *a Era dos Extremos*, a mulher é o elemento central de uma nova mudança social e cultural a partir da década de 1960. Segundo o autor: “[...], a partir da década de 1960, começando nos EUA, mas espalhando-se rapidamente pelos países ricos do Ocidente e além, nas elites de mulheres educadas do mundo dependente [...] encontramos um impressionante reflorescimento do feminismo” (p. 306).

Esses movimentos feministas elaboraram, o que o autor caracteriza como uma “nova consciência da feminilidade”. Essa nova consciência configura não só uma mudança na natureza do trabalho feminino (antes reservado à esfera privada) e sua contribuição para a economia mas, sobretudo, uma nova expectativa social, ou seja, sua conquista e visibilidade no espaço público.

No entanto, este foi um movimento – apesar de pioneiro na construção de uma “nova consciência da feminilidade” na esfera social e cultural – de mulheres casadas, de classe média, que não tinham uma motivação econômica, mas uma motivação pautada na autonomia e liberdade. Com isso, as mulheres das classes operárias, as mulheres negras, e outras minorias, não se sentiam representadas nesse movimento. Seus Direitos não estavam contemplados na agenda política desse movimento, reservado a uma mulher branca, de classe média, casada, educada, ocidental.

De acordo com Schumacher e Vital Brasil (2007):

[...] havia o movimento feminista que, à época – basicamente centrado no enfoque exclusivo de um gênero branco e ocidental – se mostrava ainda inábil para a superação das assimetrias que atingiam as mulheres, em especial as afrodescendentes. [...] Nesse período surge publicamente Lélia Gonzáles, co-fundadora do MNU – Movimento Negro Unificado – e uma das principais responsáveis pela formação do movimento de mulheres negras no Brasil (p. 327).

Creio que tais assimetrias, que atingiam as mulheres no interior dos movimentos feministas, foram-se transformando em estratégias de luta específicas das mulheres negras, para lidarem com uma dupla discriminação: a discriminação de gênero e racial. O fato de não se sentirem representadas nesses movimentos motivou a criação de organismos e entidades próprias de luta e resistência, nos quais as mulheres negras pudessem colocar suas especificidades,

suas necessidades, diante de uma sociedade brasileira marcada por um forte processo de colonização.

Podemos citar, dentre muitas outras entidades pelo país afora, a Casa de Cultura da Mulher Negra (CCMN)/SP (1990) – a Geledés – Instituto da Mulher Negra/SP (1988) – Grupo Criola/RJ (1991) – Fala Preta! Organização de Mulheres Negras/SP (1997). Estas são algumas das instituições criadas, desde 1970, que atuam diretamente na implementação de políticas públicas de inclusão.<sup>3</sup>

### **As mulheres angolanas na frente de luta**

Poucos países no mundo de hoje, muito poucos mesmo, terão, como em Angola, uma tão forte panóplia de textos legais (Constituição, Lei da Família, Lei do Trabalho), consagrante dos direitos da mulher! (Luzia Sebastião).<sup>4</sup>

Luzia Sebastião é angolana, advogada, antiga combatente e antiga deputada do MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola), juíza conselheira do Tribunal Constitucional (TC). Esta entrevista de Luzia Sebastião, datada de 20 de junho de 2001, concedida ao *Jornal de Notícias*, na capital Angolana, nos mostra não só o depoimento de uma mulher angolana combatente, que foi para a luta armada pela libertação de Angola, como nos mostra a história de muitas mulheres angolanas que lutaram pela independência de seu país (conquistada em 11 de novembro de 1975), após um forte processo de jugo colonial português.

A história de Luzia Sebastião é a história de muitas mulheres angolanas, que assumiram uma dupla função no auge da Guerra Civil de Angola, muitas vezes difícil de se conciliar. De acordo com Luzia Sebastião, essas mulheres, testemunhos orais da luta pela libertação de Angola, desempenhavam o papel de “gestora da família, na base da manutenção do agregado familiar”, e desempenhavam um papel no combate, na frente de luta, muitas vezes ao lado de seus maridos.

Um outro depoimento, de Henda Ducados (membro fundadora da Rede Mulher em Angola), sobre a participação da mulher angolana no conflito, nos

<sup>3</sup> Para uma melhor apreciação ler a obra: SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRASIL, Érico. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. (Publicado em parceria com a Rede de Desenvolvimento Humano)

<sup>4</sup> Entrevista da antiga combatente e ex-deputada do MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola), Luzia Sebastião, ao *Jornal de Notícias*, em 20 de junho de 2001. Leitura na íntegra no Site: <http://www.arlindo-correia.com/200601.html>. Pesquisa em 25 de agosto de 2008 às 15:32. Título “Angola, 20 anos depois”.

mostra que “a história recente das mulheres angolanas permanece amplamente desconhecida do discurso popular sobre a guerra. Os caminhos percorridos por mulheres no papel de soldados, líderes, activistas, sobreviventes e vítimas de uma das guerras mais trágicas do continente africano ainda têm de ser discutidos e suas implicações percebidas”.<sup>5</sup>

Este texto de Henda Ducados nos informa a respeito das estratégias de organização utilizadas por essas mulheres, como movimento feminino, para seguirem no conflito e para reivindicação dos direitos da mulher. A visibilidade dessas mulheres está presente na OMA (Organização da Mulher Angolana), organização criada em 1962, como ala feminina do Movimento Popular para Libertação de Angola.<sup>6</sup> De acordo com a autora:

A OMA teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola. Os relatórios sobre as actividades da OMA mostram que seus membros contribuíam para a produção de alimentos para o exército guerrilheiro, organizavam campanhas de alfabetização e de cuidados básicos de saúde e transportavam armamentos e alimentos a grandes distâncias (p. 1).

Os esforços da OMA resultaram na introdução do Código da Família, nos anos 1980, uma das conquistas mais significativas da organização. A OMA também forneceu assistência técnica às mulheres e promoveu o debate e a discussão de assuntos anteriormente considerados tabus, como o casamento habitual e o aborto (DUCADOS, 2004).

Um outro exemplo de movimento feminista, em Angola, considerado significativo na realização de ações para conquista dos direitos da mulher angolana é a LIMA (Liga Independente de Mulheres Angolanas), ala feminina da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA),<sup>7</sup> criada em 1973.

As mulheres responsáveis pela criação da LIMA testemunharam o trabalho de mulheres ligadas a outros movimentos feministas africanos. As funções

<sup>5</sup> “A mulher angolana após o final do conflito”, por Henda Ducados, 2004. Disponível em <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/mulher-angolana.php>. Acesso em 27/08/08, às 14h45.

<sup>6</sup> O Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, constitui, atualmente, num partido político de cunho social democrata, que vem governando Angola desde a sua independência em 1975. Para uma leitura mais aprofundada, consultar o site: MPLA 51 anos – Movimento Popular de Libertação de Angola: [www.mpla-angola.org](http://www.mpla-angola.org). Pesquisa realizada em 05 de setembro de 2008.

<sup>7</sup> A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) – “Movimento do Galo Negro” foi fundado em 1966, por Jonas Savimbi. Após sua morte em 2002, a UNITA tornou-se um partido civil e abandonou a luta armada. Para uma leitura mais aprofundada, consultar o site: União Nacional para Independência total de Angola: [pt.wikipedia.org/wiki/UNITA](http://pt.wikipedia.org/wiki/UNITA). Pesquisa realizada em 5 de setembro de 2008.

desempenhadas pelas mulheres que participavam da LIMA eram o transporte de materiais, alimentos e armamentos para os homens na linha de combate. As cargas eram transportadas na cabeça e as distâncias eram longas. As atividades políticas da LIMA consistiam principalmente na mobilização de pessoas e especialmente na adesão dos jovens à luta armada.

Podemos observar com os depoimentos acima mencionados que a Organização da Mulher Angolana (OMA/MPLA) e a Liga Independente de Mulheres Angolanas (LIMA/UNITA), apesar de suas divergências ideológicas partidárias (o MPLA e a UNITA são partidos políticos antagônicos), são movimentos feministas de cunho político e estão articuladas a partidos políticos.

Esses testemunhos enfatizam que, mesmo não tendo um papel efetivo no fim da guerra, pois muitas mulheres retornaram aos seus lares para assumir um papel "central" na família e, muitas vezes, para prestar uma assistência a seus maridos feridos, estas organizações desempenharam, e desempenham, um papel significativo na exigência dos direitos da mulher angolana junto às lideranças políticas.

### Algumas Considerações

Finalizo esse artigo com algumas observações, já que se trata de uma pesquisa em fase de andamento. A literatura que contempla o respectivo tema no âmbito do Brasil, a luta da mulher negra no século XX, é bastante vasta e encontramos teses, dissertações, periódicos, livros, publicações atuais que exploram a temática sobre diversos olhares e perspectivas de análise.

Já no caso de Angola, esse tema é, ainda, pouquíssimo explorado e acredito que isso ocorra devido às consequências deixadas e ainda presentes da Guerra Civil, que se prolongou de 1975 (ano de independência) até 2002. Podemos destacar na literatura angolana o livro de Jofre Rocha, *Deolinda Rodrigues: Diário de um exílio sem regresso*, publicado em 2003, que trata de uma guerreira, a Deolinda, que lutou pela libertação de seu país. Destaco, também, o recém publicado *Muxilunda*, de Maria Celestina, que narra nas entrelinhas um pouco da vivência e das dificuldades da mulher angolana durante o tempo da repressão colonial. Não estou querendo dizer, com isso, que há em Angola uma literatura superficial ou poucos/as escritores/as. Pelo contrário, a literatura infantil angolana, por exemplo, teve seu *boom* nos anos 1980, no auge da Guerra Civil, pois havia uma preocupação grande com a criança, principal vítima da guerra, e uma necessidade de registrar e difundir um patrimônio cultural que foi massacrado pela colonização.

A mulher negra brasileira, intelectual militante, assume publicamente uma "identidade negra", seja na militância dos movimentos de resistência social, seja na academia, seja na literatura brasileira, como é o caso da escritora e poetisa Conceição Evaristo de Brito. Sua obra *Ponciá Vicência* trata de uma personagem, a Ponciá, que se desloca do campo para a cidade, numa alusão à diáspora africana, e vive um processo de amadurecimento (da infância à vida adulta) e de construção identitária baseados nessas andanças e no seu elo com o passado, com a memória do avô falecido.

Essas andanças pela vida afora, o afastamento da família, a pobreza social em que vivia e uma vida matrimonial marcada pela opressão e violência submergem Ponciá num mundo de silêncio. Não tenho dúvida na leitura desse romance, que a autora Conceição Evaristo, narra o complexo processo de construção de uma "identidade", que foi oprimida, invisibilizada e silenciada pelos cânones universais.

A mulher negra angolana vive um processo de construção de uma identidade demarcada pelas guerras de libertação e civil. Essa demarcação consiste no antes da guerra e no pós-guerra. Entretanto, como salientei, na literatura infantil, houve uma grande produção nos anos 1980, auge da Guerra Civil, pois havia uma preocupação com a criança vítima e órfã da guerra. A obra da escritora angolana Maria Celestina Fernandes aponta para essa direção e as histórias são narradas pelos próprios personagens, uma espécie de catarse. O conto da autora "A bola de fogo" narra a história de um órfão da Guerra que vive submerso nas suas memórias e na lembrança que possui dos pais.

Fazendo um breve comparativo, as mulheres negras, intelectuais militantes, buscam estratégias de luta, seja na literatura, seja na prática cotidiana, na militância, para assumir uma "identidade negra". Essas mulheres narram histórias tecendo um elo entre passado e presente. Falam pelo coletivo e para o coletivo. Constroem e reconstróem suas histórias de vida. Por meio dessa oralidade, do diálogo cotidiano, elas se tornam cada vez mais públicas e sujeitos da sua própria história e da história coletiva.

*Abstract: This article aims at comparing how Black Brazilian and Angolan women use different social, personal, political and cultural strategies to create female visibility in their societies. Our starting point is the concept of identity in so far as the reasons underlying these women's mobilization was the recognition of a Black identity.*

*Keywords: women – race - identity*

Recebido em março de 2009 e aceito para publicação em maio de 2009.

## Referências

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTELLS, Manuel. Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: *O poder da Identidade*. V. II. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FONSECA, Denise Pini Rosalem da. Cultura e Sustentabilidade: uma conversa inicial. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, n.10, p. 08-16, 2003.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. A Revolução Social e a Revolução Cultural. In: *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SCHUMACHER, Schuma e VITAL BRASIL, Érico. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.